

# OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E A REFUNCIONALIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS RURAIS: UM ESTUDO DE CASO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

*Luís Antonio Barone<sup>1</sup>*

*Fernando Henrique Ferreira de Oliveira<sup>2</sup>*

**Resumo:** Na contramão da tendência de esvaziamento das áreas rurais, a implantação de centenas de projetos de assentamentos rurais no Estado de São Paulo aponta para uma nova situação de ocupação e organização territorial. Frutos de uma dinâmica conflitiva envolvendo o Poder Público e os movimentos sociais que atuam na luta pela reforma agrária, os assentamentos constituem-se em verdadeiros laboratórios de experiências sociais. Está em questão, neste trabalho, a reutilização das estruturas arquitetônicas de fazendas que tiveram como destino o assentamento de famílias de sem-terra na região do Pontal do Paranapanema (Oeste do Estado de São Paulo), conhecida por seu histórico de conflitos e irregularidades na ocupação das terras. Estuda-se o caso do Projeto de Assentamento Primavera, que conta com 125 famílias regularmente assentadas pela Fundação ITESP numa antiga fazenda dedicada à pecuária de corte. A instalação de equipamentos sociais vai determinar a reutilização dos prédios já existentes no assentamento, tendo como alvo principal as construções do núcleo residencial principal da antiga fazenda. A revitalização dessa área, há anos abandonada, constitui-se num exemplo interessante de refuncionalização das estruturas arquitetônicas ali montadas, redirecionadas, mesmo que de forma pouco planejada, para abrigar a escola de Ensino Fundamental do assentamento. Nessa área privilegiada da fazenda, no entanto, encontram-se os remanescentes da

---

<sup>1</sup>Sociólogo, professor assistente-doutor da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente/SP.

<sup>2</sup>Bacharelado do curso de Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente/SP. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

estrutura produtiva anteriormente instalada – um impressionante conjunto de instalações voltadas para o confinamento de gado, que ainda continua abandonado e depredado.

**Palavras-chave:** Assentamentos Rurais; Ordenamento Territorial Rural; Arquitetura Rural.

***Abstract:** Against the trend of abandonment of rural areas, the implantation of hundreds of land reform settlements projects in São Paulo indicates a new situation of rural occupation and territorial organization. Expressions of a conflictive dynamic involving the government and the social movements engaged in the struggle for land reform, these settlements constitute real laboratories of social experiences. This paper is concerned with the reuse of architectural structures of large farms that were destined for the settlement of landless families in the region of "Pontal do Paranapanema" (São Paulo State western region), which is known for its history of conflict and irregularities in land occupation. This is the case study of the "Primavera" Settlement Project, which has 125 families regularly settled by ITESP Foundation in an old farmhouse dedicated to livestock. The installation of social equipment will determine the reuse of existing buildings in the settlement, aiming mainly at the old buildings of the main residential core of the old farm. The revitalization of this area, which has been abandoned for many years, constitutes a prominent example of refunctionalization of the architectural structures installed there, redirected, even without a planned way, to shelter the Elementary School of the settlement. In this privileged area of the settlement, however, are located the remainders of the previously installed productive structure – an impressive set of installations for confinement of livestock, that are still abandoned and depredated.*

**Keywords:** Rural Settlements; Rural Spatial Planning; Rural Architecture.

## **Introdução**

Como um país de dimensões continentais e tendo a agropecuária como atividade extremamente dinâmica e valorizada, o Brasil tem desenvolvido, recentemente, uma dinâmica populacional que emite sinais de estancamento do êxodo rural – tão marcante nas décadas de industrialização acelerada. Pode-se

afirmar que, a partir da década de 1990, começa um processo de manutenção dos contingentes populacionais na zona rural, fenômeno que pode ser associado às atividades econômicas não-agrícolas (GROSSI, CAMPANHOLA, SILVA, 2000). Outro processo que impacta, sem dúvida, essa dinâmica é a execução de uma contínua política de assentamentos rurais, que tem se estendido de forma mais ou menos contínua desde o primeiro governo civil pós-64<sup>1</sup>. Mesmo demonstrando sinais de drástica redução no número de novos assentados nesses últimos anos, essa "nova população rural" demanda políticas públicas específicas, assim como implica em novas configurações territoriais e de (re)apropriação do espaço. Sem avançar numa polêmica a respeito dos números dessa política, a chamada "reforma agrária" brasileira já garantiu o acesso à terra a um contingente que se aproxima de um milhão de famílias.

Embora a maior parte dessa população tenha sido assentada nos Estados da Região Norte, constituindo-se, mais rigorosamente, em beneficiários de uma política de colonização de novas áreas da Amazônia, centenas de milhares de famílias, geralmente organizadas em movimentos reivindicatórios, ganharam o acesso à terra em áreas desapropriadas de antigos estabelecimentos – e assim, mesmo levando-se em conta as diferenças regionais, tanto nos assentamentos da antiga zona canavieira do Nordeste quanto nos assentamentos das regiões Sul e Sudeste.

A situação de assentamento significa uma mudança de perspectiva para esses trabalhadores (muitos outrora assalariados), a partir da qual são exigidas habilidades e qualificações novas. As estratégias de gestão do território, desenvolvidas por esse segmento da população se somam com outras dimensões da vida social, compondo um singular modo de vida (BARONE, FERRANTE, 2007).

Neste contexto, essas famílias assentadas se deparam com inúmeros desafios. Além disso, em muitos casos, esses novos moradores encontram prédios e instalações, construídas em períodos anteriores e com funções que não são mais adequadas. A reutilização/refuncionalização dessas estruturas arquitetônicas passa a ser um desafio em particular, para cujo enfrentamento os assentados deverão, via de regra, contar com o apoio ativo dos Poderes Públicos. Os impasses e dilemas no desenvolvimento das experiências de assentamentos passam a ter, na

---

<sup>1</sup>Prova desta continuidade é implementação, desde 1985, de dois "Planos Nacionais de Reforma Agrária" (lançados, respectivamente, no governo José Sarney em 1985 e no primeiro governo Lula, em 2003).

busca por uma refuncionalização dessas estruturas, um capítulo específico que, no mais das vezes, reproduz as contradições, as possibilidades e os limites da política pública de reforma agrária.

Neste trabalho, discutem-se as soluções e os obstáculos na busca por se reutilizar/refuncionalizar as estruturas construídas num Projeto de Assentamento localizado na região mais impactada pela reforma agrária no Estado de São Paulo (o Pontal do Paranapanema, extremo-oeste do Estado). Para o estudo deste caso, proceder-se-á a uma contextualização do panorama regional da política de assentamentos, a uma discussão sucinta dos critérios técnicos da implantação e planejamento desses assentamentos, bem como a uma apresentação sintética do desenvolvimento dessas experiências sociais, com vistas a uma avaliação das possibilidades efetivas de revitalização das áreas construídas, através da implementação da política de assentamentos.

### **O patrimônio edificado e arquitetura rural**

Na busca por qualificar a análise dessa (re)apropriação de espaços previamente construídos nos assentamentos, mostram-se bastante úteis as perspectivas desenvolvidas pela arquitetura rural e pela geografia cultural. A arquitetura rural estuda o ambiente construído no espaço rural, levando em conta as contribuições de diversas áreas do conhecimento, apontando para a interdisciplinaridade promovida pela Arquitetura Rural. Nesse sentido, várias áreas propõem-se a estudar o espaço rural por vias alternativas, superando o privilegiamento dos aspectos meramente econômicos e abarcando outros elementos, como a dimensão do patrimônio cultural, e o turismo rural, entre outros. Nesse contexto, as engenharias preocupam-se com as áreas voltadas ao planejamento regional, além dos aspectos atrelados ao espaço não-urbano. O campo da arquitetura e urbanismo visa compreender a dimensão do patrimônio cultural, e os empreendimentos que permitem atingir a sustentabilidade e a valorização. A história, a geografia e o turismo buscam entender as ações dos empreendimentos ligados ao turismo no espaço rural.

A arquitetura rural propõe um enfoque transdisciplinar para os estudos de paisagem e ordenamento territorial, especificamente ao espaço não-urbano, concebido como espaço nu. A arquitetura rural é compreendida como uma área integradora e transdisciplinar, abrangendo todos os elementos arquitetônicos, estruturais e ambientais inseridos na paisagem rural. Ferrão (2008) escreve que,

Muito mais que os aspectos ligados à construção rural, a Arquitetura Rural

pode contribuir para uma nova visão sobre a ordenação territorial: respeitando as características intrínsecas ao ambiente urbano tanto quanto as do ambiente rural, de modo que o "espaço nu" possa assegurar-se como espaço para o desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo que assegura e viabiliza o desenvolvimento urbano de maneira equilibrada e responsável. A cidade e o campo devem co-evoluir num processo integrado e sustentável, de forma que um ambiente viabilize e alimente o outro (FERRÃO, 2008, p.4).

De modo geral, a arquitetura rural analisa a paisagem rural e as formas de patrimônio-histórico-arquitetônico nela inseridas, tais como as antigas sedes de fazenda, as senzalas e instalações do espaço de produção. Essa dimensão patrimonial é importante – até porque é geradora de dúvidas e impasses – já que existem leis específicas que regulam a gestão desses bens. No entanto, até que instalações preexistentes sejam identificadas formalmente como "patrimônio edificado" (GHIRALDELLO, SPISSO, 2008) – e, portanto, protegidas pelo Poder Público – elas podem desaparecer na paisagem, desmanchadas ou reformadas. Para além dessa polêmica legal, que trata da definição e gestão do patrimônio, resta uma paisagem que, mesmo estando no rural (em campo aberto), carrega um significado histórico e apresenta-se como um dado cultural para uma população.

O conceito de paisagem cultural, elaborado pela geografia, define-se a partir da inter-relação dinâmica entre a natureza e as ações do homem, formando a paisagem. Está atrelado à memória social e histórica, à identidade e diversidade cultural. Segundo a chamada Escola de Berkeley da Geografia Cultural, a paisagem é uma imagem composta de um território, um lugar concreto, caracterizado por uma cultura coerente e estável (BEL, 2008).

Tomando por base esse conceito, temos, no caso dos assentamentos, que essa paisagem está em transformação – sem, portanto, uma cultura "estável". Isso porque um novo grupo social, eventualmente estranho à cultura anterior e portador de intencionalidades distintas, chega a um espaço em reorganização – ação co-protagonizada por esse grupo (os sem-terra) em tensão permanente com os agentes e planejadores públicos, também pouco preocupados com as preexistências. Suas demandas e projetos – muitas vezes em conflito – têm prioridade no redesenho do lugar. A partir disso, a paisagem se altera e o patrimônio gera um impasse, podendo ser encarado como "resto" a ser desprezado (na visão do planejador) ou obstáculo (na visão do assentado).

A realidade mostra, no entanto, que essas populações buscam, quando

podem, apropriar-se desse patrimônio, geralmente de forma precária e com maior ou menor consciência de sua importância histórica e/ou cultural. São comuns as ocupações de antigas sedes, casas de colônias e galpões para moradia e outras funções. No entanto, na maioria das vezes, essas edificações encontram-se em péssimo estado de conservação e, até mesmo, impróprias para uso.

Nesse sentido, a refuncionalização dessas instalações (patrimônio edificado) passa a ser uma solução para o impasse. A concorrência do poder público, agindo na recuperação desses espaços, no entanto, é fundamental. Ganha evidência, então, a noção arquitetônica de refuncionalização: ideia que atrela a permanência das formas à mudança das antigas funções, no sentido de que uma forma pode realizar-se em diversos conteúdos. A refuncionalização é compreendida a partir da união entre o passado e o futuro, onde as formas são mantidas e as funções são renovadas ao longo do tempo, de acordo com a intencionalidade e o momento histórico (FERREIRA, 2011). A experiência vivida pelos sujeitos sociais que concorreram para a reorganização do espaço no assentamento Primavera pode ser lida sob a rubrica da refuncionalização – mesmo com seus limites e bloqueios.

### **O contexto agrário do Pontal do Paranapanema**

No Estado de São Paulo, o Pontal do Paranapanema, região em estudo, destaca-se devido à sua questão fundiária. Ali, a irregularidade na ocupação da terra tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões que cercam as possibilidades de desenvolvimento local. A região, localizada no extremo oeste paulista é, portanto, de importância ímpar quando se aborda a temática da reforma agrária no Estado de São Paulo.

Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (LEITE, 1999). Ao longo do século XX, posseiros e grileiros disputaram, quase sempre à bala, o território do Pontal. Apesar da flagrante irregularidade que cercou a ocupação do Pontal, seu desenvolvimento econômico seguiu mais ou menos a trajetória de outras regiões do Estado, sobretudo na primeira metade do século passado. Foi, porém, a região na qual houve um recuo mais antigo e acentuado da cafeicultura (MONBEIG, 1984). A partir dos anos 1960 e 1970, o desmatamento das florestas teve como finalidade a ocupação das terras para o desenvolvimento da pecuária, que tem sido a principal atividade econômica da região desde os últimos 50 anos – sendo igualada pela cultura canieira nessa última década.

O Pontal do Paranapanema e sua série de irregularidades em relação aos títulos de propriedade das terras, somada à grande ociosidade na utilização das áreas desmatadas, têm assistido, desde há muito, conflitos e lutas pela posse da terra. Esse histórico ganha contornos dramáticos e passa a exigir uma política do Estado para a regularização a partir dos anos 1960 (ANTONIO, 1990). Na segunda metade da década de 1970, as obras de três usinas hidrelétricas na região também levam a uma política de reassentamento das populações ribeirinhas, administrada pela CESP até os anos 1990. Com a desaceleração das obras das usinas na década de 1980 e a demissão em massa que a isso se seguiu, emerge um forte movimento de reivindicação por terras no Pontal (FERNANDES, 1996).

A partir de 1990, já no primeiro ano do governo Collor, o MST inicia o que os estudiosos da região chamam de seu processo de territorialização (FERNANDES, 1996). A partir de então, o conflito entre os sem-terra (tendo o MST como a sua organização mais ativa e representativa) e os fazendeiros pecuaristas (liderados pela UDR) tem pontuado a história recente da região. Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto do Pontal, que se desdobra desde o início dos anos 1990. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias (FERRANTE, BARONE, CAMPOI, 2005). O Pontal do Paranapanema é hoje a região com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas<sup>2</sup>.

A significativa mudança da forma de apropriação da terra nessa região certamente contribui para a inversão da tendência populacional de êxodo rural acima mencionada. Como exemplo, cita-se que o município de Mirante do Paranapanema, o que mais recebeu projetos de assentamentos rurais na região em questão (28 assentamentos, com mais de mil famílias assentadas). Nele, a população residente rural teve um grande incremento nos anos 1990, alcançando a magnitude de 40% da população total residente, segundo dados do Censo 2000 do IBGE. Ali, como em outros municípios da região, a implantação desses assentamentos vai impactar positivamente a economia local.

---

<sup>2</sup>Segundo a Fundação ITESP, existem na região 113 Projetos de Assentamentos, reunindo mais de seis mil famílias.

## O Planejamento espacial e a ordenação territorial dos Projetos de Assentamentos em São Paulo

A análise dos processos de planejamento e gestão dos assentamentos rurais tem demonstrado uma grande dificuldade de se fazer cumprir as normativas oficiais e mesmo os objetivos mais gerais desse tipo de política pública. No Estado de São Paulo, dois órgãos públicos são responsáveis pela implantação dos assentamentos rurais: ITESP e INCRA, respectivamente organismo estadual e federal. O histórico da relação desses órgãos revela um dos aspectos mais negativos da reforma agrária. Desde o início da atual política de assentamento, verifica-se um desencontro administrativo e político entre ambos, prejudicando o encaminhamento de inúmeras iniciativas nos assentamentos (BARONE, 2000).

Mais recentemente, a rivalidade política entre os governos federal (capitaneado pelo PT) e o estadual (PSDB) tem refletido diretamente nas relações entre os órgãos. Porém, mesmo antes de uma dificuldade relativa a uma orientação político-partidária divergente, as dificuldades administrativas também impediam (e impedem ainda hoje) uma coordenação eficiente nas ações dessas agências fundamentais no desenvolvimento dos assentamentos. Mesmo quando o projeto de assentamento é de responsabilidade do governo estadual (jurisdição do ITESP, portanto), uma série de procedimento na regularização do assentado, bem como o acesso a um conjunto de políticas públicas (créditos de custeio e investimento) dependem do governo federal, quase sempre mediado pelo órgão técnico respectivo, o INCRA.

Desde os anos 1960, quando teve início um programa estadual de distribuição de terras – a Revisão Agrária, extinta com o Golpe de 1964 (BERGAMASCO, NORDER, 1999) – inúmeras orientações foram expedidas no tocante ao encaminhamento da implantação de assentamentos rurais. Porém, foi apenas sob a égide do Estatuto da Terra (instituído no primeiro ano do regime militar) e com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no início dos anos 1970, que um conjunto de procedimentos e critérios se consolidou, tendo sofrido pequenas alterações nos anos recentes.

Neste tocante, o mais importante critério diz respeito à área mínima para o assentamento de uma família candidata a um lote de reforma agrária. A gleba básica é calculada a partir do **Módulo Rural** – definido já no Estatuto da Terra (1964) como a área mínima necessária para que uma família de agricultores possa obter sustento e plena vida econômica num dado contexto regional. A partir de critérios definidos pelo INCRA no início dos anos 1970, o módulo



rural em São Paulo varia de pouco mais de 10 a cerca de 20 hectares. No caso do Pontal do Paranapanema, o módulo rural regional é de aproximadamente 20 hectares. Existem exceções no volume de área dos lotes dos assentamentos, para mais ou para menos: em alguns casos, famílias foram assentadas em lotes maiores que o módulo regional devido a uma avaliação da vocação produtiva<sup>3</sup>; nos casos em que os lotes são menores, tem-se o fato de que, muitas vezes, o próprio grupo de sem-terras propõe dividir lotes menores, por motivos de gestão coletiva ou para abrigar um número maior de famílias (geralmente, todo o grupo participou daquela "luta" específica)<sup>4</sup>.

Quando se analisa todo o processo de planejamento das experiências de assentamento, constata-se que, embora este possa ser apresentado oficialmente, geralmente no formato de documentos e relatórios técnicos, na realidade cotidiana dos assentamentos, o planejamento é mais virtual que real. Os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs), são documentos oficiais que, embora demandem algum levantamento da realidade natural e sócio-econômica regional, acabam por prescrever medidas genéricas para o desenvolvimento dos P.A.s. Espécie de "plano diretor" do assentamento, o PDA sofre o mesmo tipo de desvalorização prática deste instrumento. Além do que, verifica-se uma grande carência de agentes técnicos e políticos para viabilizar os planos.

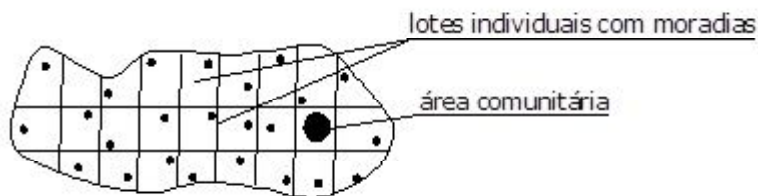
Dentre os quesitos constantes no planejamento dos assentamentos, a questão do ordenamento territorial dos P.A.s oferece uma perspectiva específica, que nos aproxima da temática deste trabalho. Em relação aos modelos de organização espacial dos assentamentos, ao longo dos anos, as agências oficiais se aprimoraram, garantindo uma tecnologia de implantação dos assentamentos relativamente eficiente. Pode-se dizer que paralelamente a estratégias de pressão pela distribuição de terras desenvolvida pelos movimentos sociais o Estado desenvolveu, em resposta, uma estratégia de assentamento, que tem, na instalação e ordenamento fundiário dos P.A.s, sua faceta mais eficiente.

---

<sup>3</sup>É o caso dos P.A.s Água Sumida e "Gleba XV de Novembro", implantados no Pontal nos anos 1980 e que contam com alguns lotes maiores (objetivando o desenvolvimento da pecuária). Essa possibilidade de lotes maiores que o módulo rural regional, porém, foi descartada durante os anos 1990, sobretudo devido ao excesso de demanda dos sem-terra.

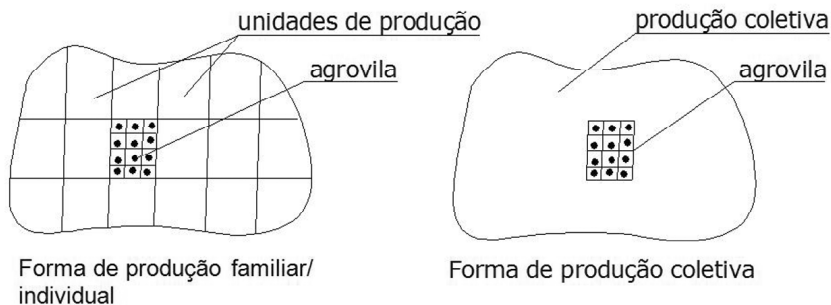
<sup>4</sup>Isto acontece também quando os trabalhadores, induzidos pelos órgãos técnicos, concordam em serem assentados em áreas menores que um módulo. Nestes casos, esclarece-se, o interesse maior é do órgão responsável, que busca espaço para acomodar a demanda dos sem-terra.

No tocante esse ordenamento espacial dos P.A.s, pode-se constatar diferentes modelos de disposição dos assentamentos. No Estado de São Paulo, verificam-se três modelos principais, com algumas variações. O primeiro modelo é o de parcelamento do assentamento em lotes individuais, cujas moradias estão dispersas nesses lotes. Determina-se, no projeto, uma área comunitária que reuniria os equipamentos coletivos necessários (escolas, postos de saúde, salões de reunião etc.). No caso específico a ser discutido adiante (Assentamento Primavera), adota-se este modelo de parcelamento sem agrovila.



**Figura 1** – MODELO I – Assentamento com lotes individuais sem agrovila  
**Fonte:** BERTOLINI, CARNEIRO, 2007 (adaptado pelos autores).

Um segundo modelo é o de assentamento com agrovila. Este modelo pode ser desenvolvido em situações de parcelamento de lotes familiares ou em situações de uso coletivo da área produtiva do P.A.. Observa-se que, no caso dos assentamentos implantados pelo ITESP (assentamentos sob responsabilidade do governo estadual), houve uma mudança no planejamento da organização espacial desde os anos 1980, partindo-se de uma preferência pelos assentamentos com agrovila (o Modelo II) – com ou sem parcelamento dos lotes produtivos – para o assentamento das famílias em lotes individuais (visto no Modelo I), apenas com a designação de uma área comunitária para os equipamentos sociais.



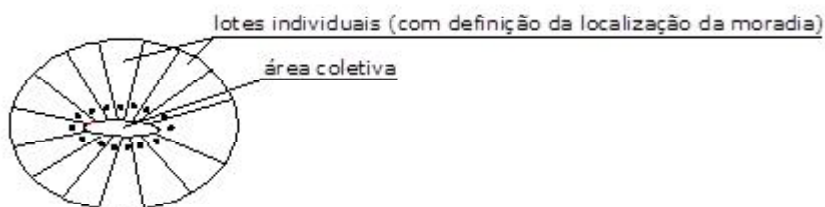
**Figura 2** – MODELO II – Assentamento com agrovila (com variação coletiva e individual)

**Fonte:** BERTOLINI; CARNEIRO, 2007 (adaptado pelos autores).

Esta mudança foi realizada a partir de 1995, sob a justificativa de que os trabalhadores assentados no modelo de agrovila tinham um estímulo negativo para o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes familiares, na medida em que as distâncias entre a agrovila (local de moradia) e os lotes produtivos (local de produção) poderiam ser de muitos quilômetros, ocasionando um longo percurso a ser feito diariamente pelo assentado. Foi vencida, portanto, uma concepção que primava pela "socialização" dos moradores – mais facilmente propiciada pela existência de uma agrovila – assim como pela economia de recursos na implantação da infraestrutura (água e luz), evidente quando os assentados estão todos reunidos numa única área do assentamento.

Mais recentemente, a discussão com relação ao planejamento de implantação dos assentamentos, envolvendo agentes oficiais, técnicos e movimentos sociais, desenvolveu um terceiro modelo de parcelamento. Trata-se de um modelo de assentamento parcelado com "núcleo de moradia", também conhecido como modelo de assentamento "margarida" (pelo formato que lembra a flor). O modelo radial (Modelo III) solucionaria as dificuldades relativas aos dois modelos acima descritos, garantindo, ao mesmo tempo, a proximidade dos lotes produtivos e a reunião das moradias numa área comum, possibilitando um impulso à sociabilidade das famílias<sup>5</sup>.

<sup>5</sup>Registra-se que poucos assentamentos no Estado de São Paulo adotam esse modelo de parcelamento.



**Figura 3** – MODELO III – Assentamento radial com núcleo de moradia ("margarida")

**Fonte:** BERTOLINI; CARNEIRO, 2007 (adaptado pelos autores).

### Os dilemas da gestão dos assentamentos de reforma agrária

O desenvolvimento de uma política pública para tais projetos envolve uma série de dificuldades relativas aos órgãos responsáveis pelos P.A.s, aos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios) e à problemática mais eminentemente política da reforma agrária – iniciativa governamental pressionada por forte mobilização popular e de organizações não governamentais.

No Estado de São Paulo, iniciativas do governo federal e do governo estadual promovem o assentamento de milhares de famílias. Em posições às vezes concorrentes, INCRA e ITESP não apresentam grande capacidade de gestão dos projetos. A colaboração de outros agentes institucionais – como as Prefeituras, as Universidades e organismos não-governamentais – é fundamental para um melhor acompanhamento dessas populações assentadas, tanto na chamada esfera produtiva quanto na esfera reprodutiva.

A intervenção de agentes institucionais oficiais do Estado e da União é uma das características que diferencia um projeto de assentamento (P. A.). Tal intervenção é eficiente nos assentamentos novos, onde tais agentes dedicam-se ao processo de instalação das famílias assentadas no terreno a ser ocupado. Com a superação dessa etapa de pré-assentamento, fatores como gestão e organização - que certamente estão dentre os mais críticos para o desenvolvimento dos P.A.s - não são contemplados pelos órgãos oficiais.

Embora o MST, por exemplo, desenvolva uma metodologia para tais projetos – sem dúvida um importante manancial de experiências piloto nessa área – mesmo suas iniciativas no Estado têm encontrado enormes dificuldades de viabilização. A discussão metodológica no campo do planejamento e da gestão simplesmente

não existe no país, dada à situação sempre emergencial de assentamento, ficando por conta de experimentos ideológicos (do MST) e aplicação de pacotes (por parte dos órgãos técnicos governamentais). A principal diferença possível numa metodologia a ser desenvolvida é justamente a perda do controle inicial (algo que pode ser definido como um "*T zero*") dentro do cronograma de projetos já implantados. Alguns desses assentamentos contam com mais de quinze anos e nenhum conhecimento sistematizado metodologicamente orienta a gestão dos mesmos.

As administrações municipais, cuja responsabilidade recai mais na chamada esfera econômica reprodutiva, vêem os P.A.s como bolsões de pobreza – nas regiões mais ricas do Estado – ou clientela política a ser cativada – como na maioria dos municípios pequenos, onde o impacto fiscal da instalação dos P.A. aumenta significativamente a arrecadação da Prefeitura. Sua presença, no entanto é sempre importante: máquinas para a conservação de estradas e do solo, pequenas obras em lotes e micro-projetos que integram os assentados em programas desenvolvidos pela Prefeitura são iniciativas que ajudam na manutenção das famílias assentadas. Além disso, uma importante infraestrutura, voltada para as áreas da saúde (Postos e unidades do Programa de Saúde da Família – PSF) e da educação (basicamente escolas), embora muito dependente da ação municipal, é tema polêmico dado o seu custo.

O jogo de forças sociais no campo do qual falam Ferrante e Silva (1988), encontra agentes bastante institucionalizados e definidos na administração pública. Em permanente tensão com eles estão as classes sociais que organizam a produção econômica da região e seus representantes políticos, sempre em disputa pelo poder de definir os destinos políticos dessas populações assentadas. Constatase, no entanto, que a problemática da gestão do P.A. não é explicitamente resolvida, recaindo, no mais das vezes, sobre a liderança dos trabalhadores, mais ou menos organizados (MST, sindicatos etc.), tendo alguma intervenção de agentes públicos municipais e técnicos do ITESP e do INCRA (este quando o assentamento é federal) lotados nas regiões.

No caso do Estado de São Paulo, a posição ímpar do ITESP revela justamente o nó górdio da gestão dos P.A.s, pois o órgão tem sido relativamente eficiente nas ações de regularização e implantação das famílias assentadas, mas poucos resultados obtém na busca do desenvolvimento sustentável das mesmas. Os técnicos de campo do ITESP são de fundamental importância no desenvolvimento de um plano de gestão e desenvolvimento do P.A.. A situação precaríssima deste Instituto, em termos de alocação nas esferas do governo – sua realidade

burocrática mesmo (BARONE, 2000) - é um complicador a mais no contexto de tramas sociais e políticas no interior de um P.A.

Por outro lado, a força das lideranças locais nos P.A.s (ou sua ausência) e os embates de seus representantes diretos (sindicalistas, líderes associativistas, militantes do MST) com representantes políticos de outros interesses (notadamente os patronais) e com os agentes governamentais têm como eixo a problemática do planejamento e gestão dos P.A.s. Esclarece-se que, em muitos casos, mais do que um posicionamento ideológico nítido *ex-ante*, os agentes públicos municipais, têm diferentes interações com os poderes locais, regionais e nacionais e modulam seus discursos e ações (mais discursos do que ações, diga-se de passagem) por essas múltiplas injunções. No caso do P.A. Primavera, um período de governo municipal mais preocupado com a temática da reforma agrária<sup>6</sup> tornou possível algumas intervenções que buscaram uma reapropriação das estruturas preexistentes na área reformada.

### **O caso do P.A. Primavera: refuncionalização sem planejamento**

Dentre os vários municípios que compõem o Pontal do Paranapanema, o município de Presidente Venceslau é um dos que comporta experiências de assentamentos rurais em seu território. Contando com uma população de pouco mais de 35 mil habitantes, Presidente Venceslau tem cinco Projetos de Assentamentos (P.A.s), todos instalados pelo ITESP:

- P.A. Primavera, com 128 lotes familiares;
- P.A. Tupã-Ciretã, com 72 lotes familiares;
- P.A. Radar, com 29 lotes familiares;
- P.A. Sta. Maria, com 17 lotes familiares;
- P.A. São Camilo, com 32 lotes familiares.

O Assentamento Primavera, objeto deste estudo, teve sua origem no processo de luta pela terra que se generalizou pela região a partir do início dos anos 1990. A antiga fazenda, de pouco mais de 2 mil hectares, foi uma referência na pecuária

---

<sup>6</sup>O PT ocupou os cargos de vice-prefeito e prefeito durante três gestões municipais desde o final dos anos 1990 até 2004. Mais do que uma aproximação política com o MST – principal sujeito da luta pela terra na região – uma sensibilidade política mais à esquerda e uma necessidade de responder a essa bandeira tradicional do partido acabou por produzir essa iniciativa aqui analisada.

de corte no anos 1970, entrando em decadência a partir dos anos 1980. A partir de então, passou a ser objeto de disputa judicial por supostos sucessores do antigo fazendeiro, um cidadão italiano falecido nessa década. Com isso, seus pastos passaram a ser arrendados por um dos demandantes judiciais e a notável estrutura produtiva – composta por unidade de processamento de ração, silo e grande área de confinamento – foi desativada, abandonada e progressivamente depredada. Essas benfeitorias – que podem ser consideradas "patrimônio edificado" (GHIRALDELLO, SPISSO, 2008) – compõem a paisagem do local, se destacando mesmo como únicas no contexto da reforma agrária regional (Figuras 4 e 5).

Em 1996, como uma solução ao litígio entre os demandantes, o governo do Estado, através do Itesp, inclui a fazenda no rol das áreas arrecadadas para assentamentos. Dois diferentes grupos de sem-terras participaram do processo de pressão pela negociação/liberação da fazenda Primavera: o MST e a Associação "Brasileiros Unidos Querendo Terra" (ABUQT) – este último, um grupo de formação local, composto sobretudo por arrendatários e ex-arrendatários da própria Fazenda Primavera. Isto explica a divisão (hoje, com sentido estritamente administrativo) da Fazenda em dois assentamentos: Primavera I e II. A constituição de grupos associativos entre os assentados tratou de misturar trabalhadores dos dois movimentos, que, de resto, pouca incidência têm no interior deste P.A. atualmente. A finalização da implantação deste P.A. (os trabalhadores ocuparam a área em 1996) deu-se no início de 1998.



**Figura 4** – Unidade de processamento de ração (P.A. Primavera)

**Fonte:** Acervo do GEPEP.



**Figura 5** – Vista do confinamento, com detalhe para o silo de grãos  
(P.A. Primavera)

**Fonte:** Acervo GEPEP.

Mesmo antes do parcelamento dos lotes (o assentamento foi configurado no que apresentamos como Modelo I, parcelamento de lotes sem agrovila), essas estruturas já se encontravam depredadas. Registra-se que a Prefeitura de Presidente Venceslau, no início dos anos 2000, buscou apoio do ITESP para recuperação dessas instalações, elaborando um dossiê que foi encaminhado para o órgão estadual de terras. No entanto, essa demanda, embora sobrevivendo por alguns anos através de um projeto para aproveitamento parcial de um barracão de máquinas (Figura 4), não foi levada adiante<sup>7</sup>.

Sem solução para a reutilização dessas instalações de produção, desde muito cedo houve uma preocupação da Prefeitura em aproveitar outro conjunto de edificações, composta pela estrutura da sede da antiga fazenda e algumas casas de funcionários, para abrigar a escola do assentamento. Sem dúvida, a iniciativa da Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau merece elogios, embora pouco ou nenhum planejamento tenha presidido essa ação tecnicamente voluntarista. No entanto, apesar de possíveis críticas às soluções para uso dessa área, o resultado demonstra o esforço da comunidade e do Poder Público Municipal –

---

<sup>7</sup>Segundo informantes locais, além da falta de recursos, a prioridade da ação conjunta Prefeitura-ITESP foi, no período, a solução para a represa, cujo talude estourou ainda na época das obras de instalação do P.A. Sobre o talude passava uma ponte, ligando a estrada principal do assentamento à área comunitária.



sensível à temática da reforma agrária – em estruturar um novo espaço, buscando refuncionar antigas instalações, com vistas ao atendimento das demandas dos assentados.

Essa ação, mesmo sem concorrência de projetamento arquitetônico, garantiu a refuncionalização dessas estruturas, alterando seu conteúdo, mas mantendo as formas (FERREIRA, 2011). A principal intervenção nessa área, definida no PDA do assentamento como área comunitária, foi a reforma dos estábulos, vizinhos do casarão da sede. Com poucas modificações, as amplas baias foram transformadas em quatro salas de aula<sup>8</sup> para crianças do Ensino Fundamental (Figuras 6 e 7). Apesar de certa estranheza, essas salas exibem uma boa ventilação e iluminação, garantindo alguma qualidade ao ambiente.



**Figura 6** – Vista frontal das salas de aula (antigo estábulo) da Escola do P.A. Primavera  
**Fonte:** Acervo GEPEP.

---

<sup>8</sup>Esclarece-se que cada sala de aula é composta pelo que anteriormente eram duas baias contíguas. Como as separações eram de madeira, foi muito fácil a remodelação do local.



**Figura 7** – Interior de sala de aula da Escola do P.A. Primavera  
(antigas baias do estábulo)

**Fonte:** Acervo GEPEP.

A principal estrutura dessa área comunitária, assim considerada inclusive pelo seu valor patrimonial arquitetônico, é o chamado casarão da sede. Basicamente composto por um grande sobrado totalmente em madeira (Figura 8), esta construção funciona como espaço de atividades complementares (biblioteca, brinquedoteca), sala de professores e quartos para professores que pernoitam no assentamento (andar superior do sobrado). A sede também inclui um barracão de festas (praticamente mantido intacto) que foi transformado em cozinha e refeitório para a escola e uma piscina. Esta última instalação, no entanto, nunca foi recuperada, tornando-se um pequeno impasse no planejamento desse espaço refuncionalizado.



**Figura 8** – Vista frontal do casarão do P.A. Primavera

**Fonte:** acervo GEPEP.

A reutilização de boa parte das instalações da antiga sede, com a transformação dos estábulos em salas de aula, mostra como a paisagem pode ser alterada em função de novas relações sociais e novos usos de antigos espaços. Uma visão do conjunto mostra a distribuição dessas estruturas da área comunitária (Figura 9), na qual se pode ver a totalidade das instalações da escola<sup>9</sup>.

A recuperação da represa que margeia o conjunto arquitetônico da sede transformada em escola, no entanto, sofreu com idas e vindas burocráticas desde a instalação do assentamento (final dos anos 1990). Esse espelho d'água, abastecido por um córrego principal e pequenos afluentes, era um detalhe ameno na paisagem da antiga fazenda. Um acidente na movimentação de terras quando da implantação da infraestrutura viária no assentamento danificou o talude da represa, que arrebentou. Após quase 10 anos de pressão da comunidade, um grande esforço por parte da Prefeitura, do ITESP e da CODASP<sup>10</sup>, garantiu a realização de obras para reformar o talude da represa e reabrir da estrada para trânsito de veículos. Isso, no entanto, se mostrou inútil: pouquíssimo tempo após o término dessas obras, na primeira estação chuvosa, um excessivo volume de água acabou por arrebentar novamente a barragem – situação que permanece até o período mais recente.



**Figura 9** – Imagem de satélite identificando os elementos estruturais da área comunitária ( P.A. Primavera)

**Fonte:** Acervo do GEPEP (do Google Earth, modificado pelos autores).

<sup>9</sup>A área comunitária ainda comporta a sede de uma associação de produtores assentados e o posto de saúde, ambos instalados em antigas casas de funcionários pouco modificadas.

<sup>10</sup>Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo.

Embora a escola esteja funcionando, as autoridades responsáveis pela infraestrutura no P.A. Primavera (Prefeitura e ITESP) consideram improdutivo a busca por novos recursos para mais uma tentativa de recuperação da represa. Na avaliação dos técnicos de ambas as entidades, seria necessário um grande e custoso programa de retificação de encostas, recuperação de APPs e conservação dos solos à montante da microbacia (a maior parte, ressalta-se, a ser realizado em propriedades privadas) para que obras à jusante, onde se localiza o talude da represa, possam se perenizar, não sofrendo com volumes excessivos de água e sedimentos. O transporte escolar e de professores (que vêm da cidade) acaba por cumprir um itinerário aumentado, sobretudo devido ao desvio da estrada principal que está bloqueada e inundada na altura do córrego da antiga represa.

### **Conclusão: A reforma agrária e os dilemas da repopulação do rural paulista**

O destino desse patrimônio edificado herdado da antiga fazenda Primavera de Presidente Venceslau – hoje, um assentamento de sem-terras – explicita muito dos impasses que as políticas de reforma agrária enfrentaram e enfrentam no Brasil e no Estado de São Paulo. Outros assentamentos, em diferentes regiões, também não lograram recuperar as antigas estruturas produtivas e/ou de moradia previamente existentes, verdadeiros testemunhos, tanto das descontinuidades socioespaciais no rural contemporâneo quanto da incapacidade dos gestores públicos em recuperar instalações eventualmente úteis para o desenvolvimento socioeconômico dessas populações assentadas. Não se registra, também, qualquer investimento em reconhecer e proteger esse patrimônio edificado, medidas preconizadas em lei.

No caso em tela, constata-se uma complexa infraestrutura produtiva, outrora voltada para a moderna pecuária de corte, completamente abandonada. Sua depredação, muitas vezes atribuída aos assentados – num discurso que reforça as posições antirreformistas propagandeadas na região pelos setores ruralistas – na verdade vem de antes da implantação do assentamento, durante o período no qual as terras da fazenda Primavera foram postas para arrendamento pelo suposto proprietário, que manteve o domínio sobre a área até a ação arrecadatória do governo estadual, na verdade um dos contendores judiciais sobre o espólio do antigo dono.

Como um assentamento que tem sua matriz produtiva baseada na pecuária leiteira, a recuperação e reuso dessas estruturas poderiam incrementar o desenvolvimento econômico das famílias ali instaladas. No entanto, além do já

citado dossiê elaborado pela Prefeitura de Presidente Venceslau e encaminhado ao ITESP, nada se concretizou no sentido de aproveitamento do confinamento, dos barracões, das pocilgas e silo – configurando um desperdício econômico de infraestrutura e um "resto" desprezado.

Por outro lado, a responsabilidade legal do município nas áreas da saúde e educação, aliada a uma necessidade política dos mandatários municipais dos primeiros anos do P.A. Primavera em dialogar e oferecer apoio à população recém assentada, levou ao empreendimento de uma ação significativa na área comunitária do Primavera. Conforme descrito acima, a recuperação das instalações da sede da antiga fazenda para implantação de uma escola municipal de ensino fundamental constitui-se num fato importante - haja vista que a maioria das Prefeituras do Pontal do Paranapanema opta por transportar todos os alunos dos assentamentos para escolas localizadas em distritos ou nas próprias sedes dos municípios.

Esse esforço, produto da demanda da população e da vontade política dos gestores municipais, aponta para a possibilidade técnica de refuncionalização de estruturas preexistentes, que têm seu uso alterado em função de novas necessidades sociais, mas mantendo as formas. A solução de uso das baias do estábulo para salas de aula demonstrou ser bastante eficaz, resultando em espaços amplos, arejados e iluminados. Por outro lado, a ausência de um projeto arquitetônico especializado (foi realizado um conjunto de obras mais ou menos desconexas, a partir das necessidades detectadas) não deu conta de solucionar a problema da piscina que – embora utilizada num curto período pela comunidade – encontra-se abandonada, com uma proposta de aterramento por parte da direção da escola. Da mesma forma, a importante edificação representada pelo casarão assobradado totalmente em madeira – a mais significativa em termos estilísticos – embora reformada, não recebeu nenhum cuidado mais específico, requerido pelo seu valor arquitetônico e histórico.

Os impasses e dilemas aqui descritos fornecem uma síntese das dificuldades de planejamento e gestão desses espaços rurais reformados. Mesmo quando há boa vontade de órgãos públicos – exemplificada, além da escola, na luta pela reconstrução da represa – dificuldades de diferentes origens e magnitudes não conseguem ser equacionadas de forma a garantir racionalidade nas ações com vistas a resultados otimizados de recursos e potencialidades. Ainda no caso da escola, acrescenta-se que a não construção de uma outra ponte, que possibilitaria o acesso de crianças em idade escolar do mais novo assentamento do município (P.A. São Camilo), colaborou para um rápido esvaziamento da

população escolar atendida pelo estabelecimento do assentamento Primavera, indicando para uma futura desativação da escola por falta de demanda – apesar de que, se garantido o acesso, mais crianças poderiam se deslocar até lá.

Essas informações só corroboram a hipótese de um bloqueio da política de reforma agrária no Pontal, tendência que é reforçada pela diminuição da luta dos sem-terra nesse período mais recente. Apesar disso, a luta dos trabalhadores assentados em busca de garantir a sua manutenção na terra possibilitou uma reapropriação do espaço, não apenas na sua dimensão produtiva (a fazenda dividida em lotes distribuídos para agricultores familiares), mas também na dimensão reprodutiva, através da constituição de numa nova centralidade no território do assentamento, materializada na escola (concreta e simbolicamente realocada na sede da antiga fazenda), lançando as bases daquilo que Lopes denominou como "o dorso da cidade" (2002) – um investimento na estruturação de novas relações sociais através de novas estruturas arquitetônicas e novos equipamentos de uso comum.

## Referências

ANTONIO, A. P. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo estado: os exemplos na alta Sorocaba no período 1960-1990** Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, FFLCH/USP, 1990.

BARONE, L. A. Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 6, n.8, p.55-67, FCL-UNESP/Uniará, 2000.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. A difícil sementeira: o trabalho na terra e a ressocialização das famílias assentadas em projetos de reforma agrária na região de Araraquara. In: BORSOI, I. C. F.; SCOPINHO, R. A. (Orgs.). **Velhos Trabalhos, Novos Dias: Modos atuais de inserção de antigas atividades laborais**. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p.255-285.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B.; CAMPOI, A. M. Desenvolvimento rural e assentamentos: impasses e perspectivas na Califórnia Brasileira e nas

terras do Nelore Mocho. **XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural** (versão digital), 2005. In: **Anais...**,2005.

BEL, J. S. Paisajes culturales y desarrollo local. **Revista Labor & Engenho**, Campinas, Ano1, n 1, p.51-76, 2008.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. (Orgs.). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Série Estudos Rurais, P. Alegre, UFRGS, 1999.

BERTOLINI, V. A.; CARNEIRO, F. F. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e Entorno. **LIBERTAS On Line** (edição especial), Juiz de Fora, fev./2007.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B.; SILVA, M.A.M. A política de assentamentos: o jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**, São Paulo, n.11, p.33-51, 1988.

FERRÃO, A. M. A. Arquitetura rural e o espaço não-urbano. **Revista Labor & Engenho**, Campinas, Ano1, n.1, p.89-112, 2008.

FERREIRA, T. Patrimônio histórico e refuncionalização de centros antigos: novas funções na zona portuária do Rio de Janeiro. I SEURB (I Simpósio de Estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental). Rio de Janeiro, agosto de 2011. In: **Anais...**, 2011.

GHIRARDELLO, N; SPISSO, B. **Patrimônio histórico: Como e por que preservar**. Bauru/SP: Canal 6, 2008.

GROSSI, M. G. D.; CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O fim do Êxodo Rural? **Relatório do Projeto Rurbano - Fase III**. IE/CAMPINAS, Campinas/SP, 2000.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo:

Hucitec, 1999.

LOPES, J. M. A. O "dorso da cidade": os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de S. Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.